

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto, está sediada na Cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de infraestrutura e imobiliário, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção desses equipamentos.
- (c) Participação como acionista ou cotista em outras Companhias ou sociedades.

O estatuto da Companhia também prevê:

- (a) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (b) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o novo modelo de organização e gestão, já refletido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Construção e Rental. As descritivas de cada divisão estão mencionadas na Nota Explicativa nº 31.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de apresentação

(i) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As informações contábeis contidas nessas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 8 de março de 2017.

(ii) Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativo disponível para venda (Notas Explicativas nºs 4, 12 e 32).

(iii) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

(iv) Resultado por segmento de negócio

O resultado por segmento de negócio é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável pela execução das decisões estratégicas da Companhia, emanadas do Conselho de Administração.

(v) Demonstrações de valor adicionado (DVA)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar ao requerido pelas IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (dividendos recebidos, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.2 Principais políticas contábeis

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e outros afins. Incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(ii) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

(ii.1) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

b. Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber, depósitos judiciais e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

c. Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e as perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado. A Companhia classifica o investimento na Rohr dentro dessa categoria de ativo disponível para venda.

d. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são debitadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

(ii.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Outros passivos financeiros”.

e. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(iii) Contas a receber de clientes

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços prestados ou as vendas de mercadorias pelas unidades de negócio da Companhia.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para devedores duvidosos). A provisão para devedores duvidosos é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber.

Provisões para devedores duvidosos (PDD) devem ser constituídas:

- Para quaisquer créditos a receber da Companhia que forem encaminhados para cobrança jurídica. Para esse tipo de crédito a provisão para devedores duvidosos será de 100%.

- As contas a receber vencidas da Companhia, que não possuem garantias reais e líquidas, são provisionadas de acordo com o seguinte critério: clientes não preferenciais, 50% quando vencidas entre 61 e 120 dias e 100% quando vencidas há mais de 120 dias; e para clientes com menor risco de crédito, 100% mais de 180 dias.

A base para início da contagem de tempo para constituição da provisão será o vencimento prorrogado do título.

A celebração de confissão de dívida, com garantias reais e líquidas (preferencialmente fiança bancária ou seguro garantia) não ensejará a contabilização de PDD.

A celebração de confissão de dívida, sem garantias reais e líquidas ensejará a contabilização de PDD normalmente de acordo com o critério acima (somente para valores vencidos, sem incluir os a vencer). A PDD eventualmente constituída será totalmente estornada, com a confirmação do pagamento pontual da 2ª parcela da confissão de dívida. Caso o cliente fique novamente inadimplente, toda a dívida será contabilizada em PDD.

No caso de renegociação da confissão de dívida, a PDD se constituirá de acordo com a regra descrita, salvo se for substituída por outra com garantia real e líquida (hipoteca ou fiança bancária).

(iv) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

Mensalmente, é feita a apuração e a contabilização da provisão para estoques de giro lento. São considerados como passíveis de provisionamento todos os itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

(iv.1) Estoques - Outros ativos mantidos para venda

São representados pelos bens anteriormente componentes do ativo imobilizado da Companhia, e atualmente separados dos ativos de locação em função do objetivo de venda destes. Tais ativos são mensurados em conformidade com os preceitos do CPC 16 (R1).

(v) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras, que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

Periodicamente a Administração avalia posições tomadas em relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e bases negativas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros sejam suficientes para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(vi) ***Depósitos judiciais***

Os depósitos judiciais estão apresentados em valores atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante (Nota 21).

(vii) ***Imobilizado: uso próprio e locação e uso operacional***

Do imobilizado de locação e uso operacional provém a maior parte das receitas da Companhia, quer via aluguel somente, ou aluguel combinado com montagem e desmontagem.

O imobilizado de uso próprio consiste principalmente nas instalações para guarda dos equipamentos, escritório, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento dessas instalações.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na Nota 13, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(viii) **Intangíveis**

Programas de computador (*Software*)

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados ao desenvolvimento e à manutenção desses *softwares* são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os *softwares* possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de dez anos (Nota 14). A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(ix) **Ágio**

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(x) **Redução ao valor recuperável de ativos**

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo, para esse fim a Companhia considera suas divisões como unidades geradoras de caixa. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso, sendo este último o método usado pela Companhia em seu teste de ágio reconhecível na unidade geradora de caixa “Construção”. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(xi) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(xii) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão (Nota Explicativa nº 21). A Administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são mensuradas pelo valor estimado dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado.

(xiii) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação, quando há, é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte (Nota Explicativa nº 19).

(xiv) ***Planos de opção de compra de ações***

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições.

Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas.

(xv) ***Empréstimos e financiamentos***

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas e os tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras.

(xvi) ***Conversão em moeda estrangeira***

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

(xvii) ***Capital social***

O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

(xviii) ***Recompra de ações (ações em tesouraria)***

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando da venda ou da reemissão subsequente, o valor recebido é reconhecido como aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou déficit resultantes são reconhecidos como reserva de capital.

(xix) ***Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio***

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando há, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(xx) ***Reconhecimento de receita***

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

A receita de locação é reconhecida *pro rata temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento operacional, não tendo recebimentos contingentes ou não canceláveis reconhecidos como receita durante a vigência do contrato.

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos, a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu *fair value*. Dessa forma, a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas e indenizações/recuperações de despesa.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas.

(xxi) **Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e na IAS 33.

2.3 Base de elaboração

As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas demonstrações financeiras tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, divulgadas nas Notas Explicativas n°s 2 e 3. Tais demonstrações financeiras foram arquivadas na CVM no dia 9 de março de 2016 e publicadas no dia 21 de março de 2016 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

2.4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar essas normas de forma antecipada.

CPC 48 / IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e o desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia definiu metodologia para estabelecer *credit ratings* para seus clientes, que será o indutor da alteração do cálculo da PDD, cujo reflexo será reconhecido no balanço de abertura de 2018, para fins de atendimento à IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

CPC 47 / IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (US GAAP) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia contratou consultoria especializada para o diagnóstico das necessidades para adequação às normas do IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes. A expectativa é ter esse diagnóstico e o plano de ação finalizados, durante o exercício de 2017.

IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A nova norma vai substituir as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A nova norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Companhia iniciará os estudos relativos à implantação do IFRS 16, a partir do quarto trimestre de 2017. Espera concluí-lo até o segundo trimestre de 2018, de modo a estar totalmente preparada para a implantação definitiva da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração no pronunciamento vigente correspondente ao IFRS 16. Portanto, a adoção antecipada dessa IFRS não é permitida para entidades que divulguem as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outras alterações

Não se espera que as normas alteradas a seguir tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) pagamento baseado em ações em relação à classificação e à mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 - Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir:

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e investimento reconhecido a valor justo

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e das expectativas da Administração para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa ou investimento objetos dos testes. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Vide Notas Explicativas nºs 12 e 14.

3.2 Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e os modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota Explicativa nº 19.

3.3. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e na despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.4. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros, tais como *stock option*, títulos e valores mobiliários e instrumentos de *hedge*, apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. A Nota Explicativa nº 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

3.5. Provisões para devedores duvidosos

A Companhia reconhece provisão para devedores duvidosos para todos os seus contas a receber que atendam aos critérios detalhados na Nota 2.2 (iii). A avaliação da necessidade de Constituição dessa provisão inclui a análise de evidências disponíveis quanto à capacidade de pagamento dos seus clientes, inclusive de forma a permitir a classificação de alguns como preferenciais e embasar o encaminhamento de outros para cobrança jurídica. Julgamento significativo da Administração é requerido na classificação de seus clientes, na definição dos critérios aplicados e na avaliação da sua acurácia.

3.6. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício, a Companhia acessou a vida útil dos bens e concluiu que o prazo de 10 anos adotado em anos anteriores representa com razoabilidade a vida útil média dos ativos da Companhia e deve ser mantido para seus equipamentos no exercício de 2016.

3.8. Reconhecimento de receita

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco e tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

A Diretoria Financeira estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(i) *Análise de sensibilidade*

Segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

			Efeito no resultado		
Equivalente de caixa	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	330.641	35.413	26.559	17.706
	Total	330.641	35.413	26.559	17.706
			Variação	25,00%	50,00%
			Efeito no resultado		
Dívida	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
BNDES	TJLP	(11.965)	(1.000)	(1.226)	(1.453)
2ª emissão de debêntures					
1ª Série	CDI	(84.809)	(9.730)	(11.976)	(14.221)
2ª Série	IPCA	(151.721)	(16.188)	(18.149)	(20.109)
3ª emissão de debêntures	CDI	(202.443)	(23.116)	(28.895)	(34.675)
	Total	(450.938)	(50.034)	(60.246)	(70.458)
			Variação	20%	41%

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças em relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

31/12/2016

Referências	Provável I	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Taxas			
CDI (%) (i)	10,50%	13,13%	15,75%
TJLP (%) (ii)	7,50%	9,38%	11,25%
IPCA (%) (iii)	4,90%	6,13%	7,35%

- (i) Como relação ao risco de juros, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros uma taxa de 10,50%, informação extraída do relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 6 de janeiro de 2017, considerando um aumento na taxa CDI em linha com aumento esperado da taxa Selic, uma vez que existe uma relação direta entre as taxas, e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários, de acordo com o cenário de deterioração.
- (ii) Para os passivos financeiros relacionados com empréstimos e financiamentos - BNDES, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) seria a manutenção da taxa da TJLP, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.
- (iii) Para os passivos financeiros relacionados com as debêntures de segunda série, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) a expectativa do IPCA para 2017 descrita no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 6 de janeiro de 2017, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.

4.2. Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande maioria de suas operações são denominadas em Reais. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não apresenta exposição cambial relevante ou instrumento derivativo em aberto.

(ii) Risco de taxa de juros e atualização monetária

O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI, IPCA e TJLP. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, financiamentos e *hedge*. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para passivos que representam as principais posições com juros. Vide análise de sensibilidade de possíveis flutuações nas taxas de juros na Nota Explicativa nº 4.1 (i).

4.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surtem em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

(i) Contas a receber

A Companhia fatura periodicamente os valores por locações e vendas devidos por seus clientes, por prazos que variam, normalmente, de 30 a 60 dias, cujo prazo médio de recebimento em 2016 foi de 73 dias. Dessa forma, está sujeita ao risco de inadimplência em relação ao contas a receber. Primordialmente, a carteira de crédito comercial da Companhia está concentrada em clientes nacionais. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável quando entende que há risco de não recebimento dos valores devidos.

A gestão do risco de crédito dos clientes é exercida pela Gerência Administrativa da Companhia, que avalia a capacidade financeira de pagamento dos clientes. Essa análise é realizada antes do efetivo acordo comercial entre as partes e, para tal, são analisados individualmente cada cliente, levando-se, principalmente, em consideração as seguintes informações: (i) dados cadastrais; (ii) informações e indicadores financeiros; (iii) classes de risco (metodologia SERASA); (iv) controlador majoritário; e (v) pendências e protestos no Serasa.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas.

A Companhia tem como prática utilizar somente instituições financeiras de grande porte, que estejam entre os 10 bancos com maiores ativos do Brasil. A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

4.4. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas conforme o plano estratégico da Companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil.

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2016							
Empréstimos e financiamentos	337	653	2.896	3.669	5.484	616	13.655
Debêntures	-	5.815	183.533	142.405	195.627	-	527.380
Fornecedores	13.058	-	-	-	-	-	13.058
Em 31 de dezembro de 2015							
Empréstimos e financiamentos	355	700	3.088	3.914	7.150	2.658	17.865
Debêntures	-	11.464	226.833	192.054	347.308	-	777.659
Fornecedores	6.844	-	-	-	-	-	6.844

4.5. Qualidade de crédito dos ativos financeiros

(i) Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários

	31/12/2016	31/12/2015
Conta corrente		
Banco (i)	41	144
Aplicações		
Banco (i)	330.641	231.867
Total de caixa e equivalente de caixa	330.682	232.011

- (i) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e entre os 10 bancos com maiores ativos totais do Brasil.

5 Gestão de capital

O objetivo de gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

Visando à manutenção ou ao ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão.

Além disso, a Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais).

	2016	2015
Dívida bancária total	450.938	622.300
Financiamentos	11.965	15.116
Debêntures (vide Nota 17)	438.973	607.184
Caixa equivalente de caixa	330.682	232.011
Endividamento líquido	120.256	390.289
Patrimônio líquido	997.949	962.231
Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio líquido	0,12	0,41

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

	2016	2015
Linhas de créditos disponíveis		
Linhas de crédito bancário não assegurada, revisada anualmente e com pagamento mediante solicitação:		
Não utilizadas	113.035	109.584
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:		
Utilizadas	11.965	15.116

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	41	144
Aplicações financeiras	330.641	231.867
	<u>330.682</u>	<u>232.011</u>

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2016, as aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e remuneradas à taxa média de 101,3% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100,8%, em 31 de dezembro de 2015).

7 Contas a receber

Unidade de negócio	31/12/2016			31/12/2015		
	Contas a receber bruto	PDD	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PDD	Contas a receber líquido
Construção	117.496	(79.385)	38.111	132.357	(75.932)	56.425
Rental	83.640	(55.917)	27.723	91.967	(48.673)	43.294
Serviços industriais (*)	3.192	(3.192)	-	3.551	(3.551)	-
Totais	204.328	(138.494)	65.834	227.875	(128.156)	99.719
Circulante	204.328	(138.494)	65.834	227.875	(128.156)	99.719

(*) Valor remanescente a receber de clientes das operações da Unidade de Negócios de Serviços Industriais, que foi descontinuada em 30 de novembro de 2013.

A Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) do contas a receber é calculada com base no montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando uma análise individual dos principais clientes.

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	128.156	91.422
Constituição de provisão para devedores duvidosos	52.720	77.450
Reversão de provisão para devedores duvidosos	(31.503)	(39.220)
Baixas	(10.879)	(1.496)
Saldo final do exercício	138.494	128.156

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração é limitada porque a base de clientes é pulverizada e não há relação entre os clientes, não existindo, portanto, nenhum cliente ou grupo econômico que represente 10% ou mais do contas a receber.

A análise de vencimentos do contas a receber está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	41.693	61.741
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	6.554	10.778
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	16.880	28.549
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	11.739	12.913
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	11.591	10.880
Vencidos acima de 180 dias (*)	<u>115.871</u>	<u>103.014</u>
Total	<u>204.328</u>	<u>227.875</u>

(*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

8 Estoques

	31/12/2016	31/12/2015
Matérias primas	861	244
Mercadorias para revenda	3.761	5.401
Peças de reposição e suprimentos	12.732	13.921
Provisão para estoque de giro lento (*)	<u>(3.449)</u>	<u>(1.168)</u>
Total	<u>13.905</u>	<u>18.398</u>

(*) Itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

Os estoques de matérias-primas estão vinculados a processos de industrialização por encomenda para atendimento de demandas da Companhia e de seus clientes. O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

9 Estoques - Outros ativos mantidos para venda

Em 6 de agosto de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alienação de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos da unidade de negócios Rental até 31 de dezembro de 2017, cujo valor total represente até 10% (dez por cento) do valor residual contábil do ativo da referida unidade, conforme verificado no balanço da Companhia levantado em 30 de junho de 2015.

Em 7 de agosto de 2015, foram disponibilizados para venda e segregados dos equipamentos de locação 307 equipamentos oriundos do ativo imobilizado e transferidos para estoques — outros ativos mantidos para venda. A partir dessa transferência, a depreciação foi interrompida. Até o final do período findo em 30 de setembro de 2016, foram vendidos 209 equipamentos, e o resultado da operação de venda é reconhecido somente na entrega do bem.

Em 30 de setembro de 2016, em função do cancelamento do cronograma de compras por parte do cliente, a Companhia decidiu efetuar a transferência do saldo de 98 equipamentos registrados em estoques — outros ativos mantidos para venda, para o ativo imobilizado, no montante de R\$ 9.889.

10 Tributos a recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
PIS e COFINS a compensar (*)	15.403	34.181
IRPJ e CSLL a compensar (**)	12.376	16.548
ICMS a compensar (***)	844	663
Outros	383	390
	<u>29.006</u>	<u>51.782</u>
Circulante	<u>29.006</u>	<u>39.435</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>12.347</u>

(*) Os créditos de Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados à razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos, e a expectativa é que sejam realizados até 2017.

(**) Refere-se aos saldos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurados em 31 de dezembro de 2016 que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos da mesma natureza durante o exercício de 2017.

(***) Corresponde ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de peças e equipamentos para venda.

11 Outras contas a receber - Venda da investida

Em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 22.558 (R\$ 39.556 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à última parcela a receber da operação de venda da unidade de negócios Serviços Industriais ao Fundo de Investimento em Participação (FIP) Leblon Equities Partners V, gerido pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. realizada em novembro de 2013, com vencimento em 10 de julho de 2017.

12 Ativo financeiro disponível para venda

a. Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A. Estruturas Tubulares ("Rohr") por R\$ 90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

No quarto trimestre de 2011, houve aumento da participação na Rohr de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente se encontram em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

A Companhia avaliou que, em 31 de dezembro de 2016, não possui influência significativa em conformidade com o CPC 18 (R2) e sem alteração em relação à avaliação de 31 de dezembro de 2015.

b. Determinação do valor justo e perda por redução ao valor recuperável

Durante o exercício de 2016, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas de mercado para determinação do seu valor justo, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. Para a projeção do volume, a Administração considerou no estudo a expectativa de crescimento de investimentos em grandes obras, fornecida por uma consultoria especializada no segmento e a retomada do ciclo de crescimento de investimentos em infraestrutura e construção civil no país. A receita foi projetada com base no Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), e, para os custos e as despesas, o indicador considerado foi o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). Também foi considerada a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa média de desconto de 14,20%, incluindo prêmio por tamanho de 0,30%, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC). Não foi considerada taxa de crescimento em termos reais na perpetuidade.

Em função desse estudo, a Administração estima que o valor justo do investimento na Rohr em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 75.052, (R\$ 61.200 em 31 de dezembro de 2015). A variação do valor justo foi registrada no Patrimônio Líquido da Companhia como ajuste de avaliação patrimonial, líquido do efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2016.

13 Imobilizado

	Equipamento de locação e uso operacional	Equipamento de locação a imobilizar	Total equipamento de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total do imobilizado
Custo do imobilizado bruto												
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.623.268	4.190	1.627.458	27.140	24.274	16.003	3.394	7.058	10.427	1.042	89.338	1.716.796
Aquisição	14.114	-	14.114	4.675	10	494	324	1.126	549	-	7.178	21.292
Baixa/alienação	(84.798)	(6)	(84.804)	(649)	(73)	(11)	(2.256)	(346)	(10)	-	(3.345)	(88.149)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(977)	-	(977)	-	-	-	-	-	-	-	-	(977)
Transf. p/estoque	(54.882)	-	(54.882)	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.882)
Transferências	2.777	(2.753)	24	131	-	25	(25)	873	-	(1.042)	(38)	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.499.502	1.431	1.500.933	31.297	24.211	16.511	1.437	8.711	10.966	-	93.133	1.594.066
Aquisição	2.165	115	2.280	107	-	13	180	631	70	27	1.028	3.308
Baixa/alienação	(102.140)	-	(102.140)	(3.070)	-	(1.333)	(88)	-	(43)	-	(4.534)	(106.674)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(276)	-	(276)	-	-	-	-	-	-	-	-	(276)
Transf. p/ estoque	25.609	-	25.609	-	-	-	-	-	-	-	-	25.609
Transferências	1.479	(1.405)	74	24	(73)	-	-	(25)	-	-	(74)	-
Perdas estimadas p/ valor não recuperável	-	-	-	(3.926)	-	-	-	-	-	-	(3.926)	(3.926)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.426.339	141	1.426.480	24.432	24.138	15.191	1.529	9.317	10.993	27	85.627	1.512.107
Depreciação acumulada												
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(489.835)	-	(489.835)	(7.545)	(2.196)	(8.937)	(2.406)	(1.590)	(4.139)	-	(26.813)	(516.648)
Depreciação	(154.980)	-	(154.980)	(4.764)	(669)	(2.367)	(338)	(685)	(838)	-	(9.661)	(164.641)
Baixa/alienação	55.073	-	55.073	265	39	4	1.932	329	8	-	2.577	57.650
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(485)	-	-	-	(70)	-	-	(555)	(555)
Transf. p/ estoque	34.195	-	34.195	-	-	-	-	-	-	-	-	34.195
Transferências	-	-	-	1	-	-	-	(1)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(555.547)	-	(555.547)	(12.528)	(2.826)	(11.300)	(812)	(2.017)	(4.969)	-	(34.452)	(589.999)
Depreciação	(145.240)	-	(145.240)	(4.134)	(670)	(2.019)	(280)	(772)	(857)	-	(8.732)	(153.972)
Baixa/alienação	66.187	-	66.187	1.731	-	1.333	12	-	13	-	3.089	69.276
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(421)	-	-	-	(79)	-	-	(500)	(500)
Transf. p/ estoque	(15.720)	-	(15.720)	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.720)
Transferências	-	(39)	(39)	31	-	-	-	8	-	-	39	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(650.320)	(39)	(650.359)	(15.321)	(3.496)	(11.986)	(1.080)	(2.860)	(5.813)	-	(40.556)	(690.915)
Taxas anuais de depreciação - %	10	-	-	10 a 25	4	20	20	10	10	-	-	-
Resumo imobilizado líquido												
Saldo em 31 de dezembro de 2015	943.955	1.431	945.386	18.769	21.385	5.211	625	6.694	5.997	-	58.681	1.004.067
Saldo em 31 de dezembro de 2016	776.019	102	776.121	9.111	20.642	3.205	449	6.457	5.180	27	45.071	821.192

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, fôrmas, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos.

Abaixo, destacamos as principais aquisições acumuladas até 31 de dezembro de 2016 por grupamento:

Escoramentos	389
Plataformas e manipuladores	116
Fôrmas de concretagem reutilizáveis	793
Andaimes suspensos e estruturas de acesso	637
Máquinas e equipamentos de uso operacional	346
Instalações	631
Benfeitorias em propriedade de terceiros	107
Veículos	180
Outros	109
	<hr/>
Total de aquisições	<u><u>3.308</u></u>

A depreciação no período, alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta a 31 de dezembro de 2016, R\$ 142.210 e R\$ 11.762 (31 de dezembro de 2015, R\$ 151.915 e R\$ 12.726), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 16).

As transações de compra e vendas de ativo imobilizado destinados à locação estão sendo apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional.

Revisão da vida útil estimada

Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado e, portanto, não houve alteração na taxa de depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Provisão para redução ao valor recuperável das Unidades Geradoras de Caixa

A Administração identificou indicadores de *impairment* para as Unidades de Negócio Construção e Rental (UGCs) ao longo de 2016, com base no CPC 01, e, dessa forma, efetuou os testes de *impairment* aplicáveis. O valor recuperável desse conjunto de ativos foi determinado com base em projeções econômicas de mercado para determinação do seu valor, pela abordagem de renda, por meio de projeção de fluxo de caixa descontado, num prazo de dez anos para fins de fundamentação do valor em uso, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. Para a projeção do volume a Administração considerou no estudo a expectativa de crescimento de investimentos em grandes obras, fornecida por uma consultoria especializada no segmento e a retomada do ciclo de crescimento de investimentos em infraestrutura e construção civil no país. A receita foi projetada com base no INCC, e, para os custos e despesas, o indicador considerado foi o IPCA. Também foi considerada a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção dos ativos testados. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa média de desconto de 13,90%, considerando também uma taxa de crescimento em termos reais na perpetuidade de 2%, obtidos através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).

Em função desse estudo, a Administração chegou à conclusão de que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos ativos das Unidades de Negócio Construção e Rental, ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

14 Intangível

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total intangível
Custo do intangível bruto					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	44.915	895	1.079	44.294	91.183
Aquisição	3.086	2.261	1.555	-	6.902
Transferência	1.164	-	(1.150)	-	14
Perdas estimadas por valor não recuperável	-	-	-	(30.918)	(30.918)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	49.165	3.156	1.484	13.376	67.181
Aquisição	2.144	-	77	-	2.221
Alienação	(503)	-	-	-	(503)
Transferência	1.561	-	(1.561)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	52.367	3.156	-	13.376	68.899
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(10.344)	(469)	-	(4.232)	(15.045)
Amortização	(4.826)	(174)	-	-	(5.000)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(365)	-	-	-	(365)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(15.535)	(643)	-	(4.232)	(20.410)
Amortização	(4.879)	(174)	-	-	(5.053)
Alienação	503	-	-	-	503
Ajuste crédito PIS e COFINS	(498)	-	-	-	(498)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(20.409)	(817)	-	(4.232)	(25.458)
Taxas anuais de amortização - %	20	10	-	-	-
Resumo intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	33.630	2.513	1.484	9.144	46.771
Saldo em 31 de dezembro de 2016	31.958	2.339	-	9.144	43.441

Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio é oriundo das aquisições da Jahu, em 2008, e da GP Sul, em 2011, e está sendo considerado como aporte do segmento de negócio Construção, representando uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), na qual todo o ágio está alocado.

O valor recuperável desse ativo foi determinado com base nas mesmas premissas descritas na Nota Explicativa nº 13.

Em função desse estudo, a Administração chegou à conclusão de que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável do ágio, ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

15 Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores nacionais	12.635	6.665
Fornecedores estrangeiros	<u>423</u>	<u>179</u>
	<u>13.058</u>	<u>6.844</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a prestação de serviços, compras a prazo de materiais e equipamentos de imobilizado.

16 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seu uso e despesas gerais, sendo indexados ao CDI, à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da TJLP acrescida de 0,20% a 0,90% ao ano e amortizações em bases mensais até junho de 2021.

Os empréstimos e financiamentos são apresentados a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos (*)	<u>11.965</u>	<u>15.116</u>
Circulante	3.173	3.185
Não circulante	<u>8.792</u>	<u>11.931</u>
	<u>11.965</u>	<u>15.116</u>

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016 são:

- Banco do Brasil
- Itaú BBA.

Segue a composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	31/12/2016	31/12/2015
Garantias concedidas:		
Alienação fiduciária (*)	<u>27.103</u>	<u>27.103</u>
Total das garantias reais	<u>27.103</u>	<u>27.103</u>

(*) Refere-se a equipamentos adquiridos por intermédio de FINAME.

As parcelas a vencer ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão demonstradas abaixo:

2017	3.173
2018 a 2021	<u>8.792</u>
	<u>11.965</u>

Os empréstimos da Companhia possuem cláusulas restritivas de *covenants* cujos requerimentos encontram-se em linha com os apresentados nas escrituras das debêntures e estão detalhados na Nota Explicativa nº 17.

17 Debêntures

Descrição	Série	Valor emitido	Início	Vencimento	Encargos financeiros	31/12/2016	31/12/2015
1ª emissão	Única	270.000	Abr/2011	Abr/2016	112,5% CDI	-	92.751
Custo de emissão						-	(157)
						-	92.594
2ª emissão	1ª série	160.940	Ago/2012	Ago/2017	100% CDI + 0,88% a.a.	84.809	169.629
2ª emissão	2ª série	109.060	Ago/2012	Ago/2020	IPCA + 5,50 a.a.	151.721	142.277
Custo de emissão						(480)	(787)
						236.050	311.119
3ª emissão	Única	200.000	Mai/2014	Mai/2019	108,75% CDI	202.443	202.527
Custo de emissão						(370)	(521)
						202.073	202.006
Total de debêntures						438.123	605.719
Circulante						156.562	186.634
Não circulante						281.561	419.085

1ª emissão de debêntures

Em 8 de abril de 2011, foi aprovada a primeira emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$ 270.000 e valor nominal unitário de R\$ 10. As debêntures têm vencimento em 18 de abril de 2016 e remuneração de 112,5% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas, sendo o primeiro vencimento em 18 de abril de 2014, liquidado nesta data, e o segundo liquidado em 20 de abril de 2015. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 2.358 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão. Essa primeira emissão de debêntures foi liquidada em 15 de abril de 2016.

2ª emissão de debêntures

Em 3 de agosto de 2012, foi aprovada a segunda emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em duas séries, da espécie quirografária no valor de R\$ 270.000 e valor nominal unitário de R\$ 10. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 1.810 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

As debêntures terão seus vencimentos conforme emissão de cada série, como segue:

- **1ª série** - 16.094 debêntures da primeira série, totalizando R\$ 160.940, com vencimento em 15 de agosto de 2017, não sujeitas à atualização monetária. O valor nominal das debêntures da primeira série será amortizado em duas parcelas anuais a partir do quarto ano da sua emissão e os juros pagos semestralmente corresponderão à sobretaxa de 0,88% ao ano incidente sobre 100% da variação acumulada da taxa DI. A primeira dessas parcelas foi líquida em 15 de agosto de 2016.
- **2ª série** - 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$ 109.060, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. O valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão, e os juros pagos anualmente corresponderão a 5,50% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima.

3ª emissão de debêntures

Em 30 de maio de 2014, foi aprovada a terceira emissão, pela Companhia, de um total de 20 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$ 200.000, e valor nominal unitário de R\$ 10. As debêntures têm vencimento em 30 de maio de 2019 e remuneração de 108,75% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas, sendo o primeiro vencimento em 30 de maio de 2017. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 745 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos das debêntures brutos dos custos de transação são de R\$ 156.950 no passivo circulante e de R\$ 282.022 no passivo não circulante e R\$ 156.562 e R\$ 281.561 líquidos dos custos de transação, respectivamente (em 31 de dezembro de 2015, o saldo bruto de debêntures é de R\$ 187.251 no passivo circulante e de R\$ 419.933 no passivo não circulante, e R\$ 186.634 e R\$ 419.085 líquidos dos custos de transação).

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (ii) deverá ser igual ou inferior a 3.

- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (iii) deverá ser igual ou superior a 2.
- (i) “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada.
- (ii) “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.
- (iii) “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada.

Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, todos os *covenants* estão sendo cumpridos.

18 Partes relacionadas

a. Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

Remuneração da Administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	2016	2015
Salários e encargos - Diretoria	4.523	6.092
Honorários do Conselho de Administração	1.245	1.219
Bônus	983	-
Pagamentos com base em ações	2.294	3.382
Total	<u>9.045</u>	<u>10.693</u>

19 Benefícios a empregados

a. Participação nos resultados a pagar

A provisão para participação nos resultados dos empregados é constituída de acordo com o regime de competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, é feita nos termos do Acordo de Participação nos Resultados negociado e homologado anualmente com o sindicato da categoria, de acordo com a Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 12.832/13.

O Programa de Participação nos Resultados de 2016 é baseado no atingimento do EBITDA e do Fluxo de Caixa anual orçados, além de metas de produtividade para os colaboradores que ocupam cargos operacionais e metas específicas para as áreas. Todos os colaboradores efetivos da Mills com pelo menos 180 dias trabalhados em 2016 são elegíveis.

Em função do não atingimento das metas, não haverá distribuição de participação nos resultados de 2016.

Os profissionais que participam de programas de comissão de vendas ou similar receberão premiação limitada a 10% do montante a ser distribuído para o seu nível hierárquico.

b. Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Ações em milhares		
			Ações outorgadas	Ações exercidas	Ações em aberto
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.369)	106
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(597)	587
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(402)	856
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(91)	671
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	260	-	260
Programa 2016	28/04/2016	28/04/2024	1.700	-	1.700

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os *stock prices* com bases em *valuations* de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida, e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Em 31 de março de 2014, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração: (i) a criação do programa 1/2014 de Outorga de Opções de Compra de Ações; (ii) a definição dos critérios para fixação do preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento; (iii) a definição dos prazos e das condições de exercício das opções; e (iv) a autorização para a Diretoria efetuar as outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos nos termos do Programa 2014.

Em 21 de maio de 2015, a Companhia deliberou, em reunião do Conselho de Administração, a alienação de ações da Companhia mantidas em tesouraria para atender ao exercício de opção de compra de ações dos beneficiários no âmbito dos programas de Outorga de Opções de Compra de Ações de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 (vide Nota Explicativa nº 19 b).

Em 28 de abril de 2016, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração pela aprovação de novo plano de opção de compra de ações da Companhia, nos termos do programa 1/26.

Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio, e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2014	Discricionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2016	Discricionária	2,63	4,31	2,63	71,45%	1,51%	14,25%	8 anos

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Mills Estruturas e Serviços
de Engenharia S.A.**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	31/12/2016	31/12/2015
Plano 2002:		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de ações exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO:		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de ações exercidas (milhares)	1.055	1.055
Plano executivos Mills Rental:		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de ações exercidas (milhares)	391	391
Plano 2010:		
Reserva de capital	5.693	5.693
Número de opções a exercer (milhares)	106	106
Número de ações exercidas (milhares)	1.369	1.369
Número de ações canceladas (milhares)	73	73
Programa 2011 (Plano 2010):		
Reserva de capital	7.329	7.329
Número de opções a exercer (milhares)	587	592
Número de ações exercidas (milhares)	597	592
Número de ações canceladas (milhares)	157	157
Programa 2012 (Plano 2010):		
Reserva de capital	14.162	13.011
Número de opções a exercer (milhares)	856	857
Número de ações exercidas (milhares)	402	401
Número de ações canceladas (milhares)	345	336
Programa 2013 (Plano 2010):		
Reserva de capital	11.326	9.479
Número de opções a exercer (milhares)	677	671
Número de ações exercidas (milhares)	91	97
Número de ações canceladas (milhares)	139	139
Programa 2014 (Plano 2010):		
Reserva de capital	3.739	2.907
Número de opções a exercer (milhares)	260	260
Número de ações canceladas (milhares)	53	52
Programa 2016:		
Reserva de capital	533	-
Número de opções a exercer (milhares)	1.700	-
Número de ações canceladas (milhares)	-	-
Total registrado como patrimônio (acumulado)	49.383	45.020
Efeito no resultado	(4.363)	(9.624)

20 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(144.392)	(128.718)
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	49.093	43.764
Provisões indedutíveis (*) e diferenças permanentes	(4.109)	(13.076)
Outros	-	229
	<hr/>	<hr/>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	44.984	30.917
	<hr/>	<hr/>
Alíquota efetiva	31%	24%

(*) As despesas indedutíveis estão compostas por despesas de provisão de cancelamento, brindes, perdão de dívida e multas não compensatórias.

b. A movimentação de IR e CS diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2015	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2016
Stock options	6.092	1.483	-	7.575
Ajuste a valor presente	15	-	(9)	6
Hedge sobre imobilizado	(811)	(443)	572	(682)
Provisões de custos e despesas	62	1.882	(1.198)	746
Provisão Estoque Giro Lento	397	793	(18)	1.172
Provisão para Devedores Duvidosos	17.273	7.214	(9.330)	15.157
Perdas Estimadas por Valor não recuperável - Rohr	8.906	-	-	8.906
Ajuste de valor justo - Rohr	-	(4.710)	-	(4.710)
Perdas Estimadas por Valor não recuperável - Benfeitorias em terceiros	-	1.335	-	1.335
Arrendamento financeiro	(3.141)	-	1.450	(1.691)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	5.650	2.722	(1.529)	6.843
Provisão para Perda Processo Murilo Pessoa	42	-	-	42
Provisão para descontos e cancelamentos	2.229	2.369	(3.638)	960
Prejuízo Fiscal e Base de cálculo negativa	17.290	41.851	-	59.141
Provisão para realização de crédito tributário	30	-	-	30
Tributos com exigibilidade suspensa	456	177	-	633
Depreciação acelerada	(2.259)	(752)	-	(3.011)
Ágio GP Andaimas Sul Locadora	(593)	-	(79)	(672)
Ágio Jahu	(2.437)	-	-	(2.437)
Atualização depósito judicial	(1.473)	409	(412)	(1.476)
Variação cambial passiva	-	(185)	-	(185)
Variação cambial ativa	-	(52)	-	(52)
Gratificações a pagar	-	643	-	643
Debêntures	(498)	-	209	(289)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	47.230	54.736	(13.982)	87.984

- c. Impostos diferidos que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido**
O saldo do imposto diferido reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 4.710, referente ao ajuste de valor justo do ativo financeiro disponível para venda - Investimento Rohr. Em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 8.906 foi reconhecido no resultado, em razão da perda por redução ao valor recuperável do Investimento Rohr.
- d. Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:**

Natureza	Fundamentos para realização
<i>Stock option</i>	Pelo exercício das opções
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
<i>Hedge</i> sobre imobilizado	Pela depreciação do bem
Provisão de estoques de giro lento	Pela baixa ou venda do ativo
Perdas estimadas por valor não recuperável	Pela realização da provisão
Ajuste de valor justo - Rohr	Pela venda da participação no investimento
Provisão de custos e despesas	Pelo pagamento
Provisão para Perda - Processo Murilo Pessoa	Pelo recebimento do crédito
Provisão para devedores duvidosos	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
	Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens
Arrendamento financeiro	Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização do crédito fiscal
Provisão para realização de crédito tributário	Pela reversão/realização da provisão
Provisão para descontos e cancelamentos	Pelo pagamento ou pela reversão da provisão
Tributos com exigibilidade suspensa	Pela depreciação fiscal em cinco anos
Depreciação acelerada	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Ágio GP Andaines Sul Locadora	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Ágio Jahu	Pelo levantamento do depósito
Atualização depósito judicial	Pelo pagamento do empréstimo
Variação cambial ativa e passiva	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros (i)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	Pelo pagamento
Gratificações a pagar	Pela amortização do custo de captação
Debêntures	

- (i) A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade do ativo fiscal diferido reconhecido em 31 de dezembro de 2016 e concluiu que existem evidências suficientes de que haverá disponibilidade de lucros tributáveis futuros para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados. A determinação do valor dos lucros tributáveis futuros baseia-se em projeção de receita, custos e resultado financeiro, que refletem os ambientes econômico e operacional da Companhia, de acordo com as mesmas premissas descritas nas Notas Explicativas nºs 13 e 14.

21 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo tais questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

a. Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/12/2016	31/12/2015
Tributários (i)	4.428	4.272
Cíveis (ii)	3.502	2.419
Trabalhistas (iii)	8.392	6.235
Honorários de êxito (iv)	2.795	2.309
Honorários de sucumbência (v)	<u>1.008</u>	<u>1.377</u>
Total	<u>20.125</u>	<u>16.612</u>

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo em 1º de janeiro	<u>16.612</u>	<u>12.580</u>
Constituições	5.186	5.161
Atualizações monetárias	2.830	1.618
Reversões	(4.503)	(1.607)
Baixa	<u>-</u>	<u>(1.140)</u>
Saldo no período	<u>20.125</u>	<u>16.612</u>

- (i) Refere-se, basicamente, ao mandado de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de PIS e COFINS (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003). A Companhia mantém depósito judicial vinculado à provisão, referente às diferenças de alíquotas.
- (ii) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações. O principal evento que ocasionou o aumento nas contingências cíveis em comparação com o montante apresentado ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi a mudança de prognóstico de possível para provável de um processo em que são reclamados danos morais e materiais oriundos de acidente de trabalho de um empregado, ocorrido em 1991, por parte do advogado externo.
- (iii) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iv) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável dos processos.
- (v) Corresponde à provisão de honorários de sucumbência incidentes sobre processos judiciais com risco provável de desfecho desfavorável para a Companhia.

b. Composição dos depósitos judiciais

	31/12/2016	31/12/2015
Tributários (i)	7.496	7.947
Trabalhistas (ii)	<u>3.324</u>	<u>3.076</u>
	<u>10.820</u>	<u>11.023</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2016, a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$ 7.496. A conciliação desse montante refere-se basicamente ao questionamento da majoração de alíquotas do PIS e da COFINS, totalizando o valor de R\$ 3.979, como informado na Nota Explicativa nº 22, e também a depósitos judiciais efetuados em favor de determinados municípios vinculados ao entendimento de nossos assessores jurídicos no que tange à incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre as receitas provenientes da locação de bens móveis. O saldo registrado sobre essa rubrica monta em R\$ 2.961. A partir de 2003, com a edição da Lei Complementar nº 116 e com o suporte dos assessores jurídicos, a Companhia não efetuou depósitos judiciais dessa natureza.
- (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas extras, periculosidade e equiparação salarial.

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Tributárias (i)	35.203	40.461
Cíveis (ii)	8.477	5.198
Trabalhista (iii)	<u>17.230</u>	<u>18.006</u>
Total	<u>60.910</u>	<u>63.665</u>

(i) Tributárias (principais itens):

- (a) Glosa de despesas supostamente indedutíveis por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que doravante eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil.
- (b) Exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização de operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido.
- (c) Não reconhecimento por parte do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº 9.711/98.
- (d) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre os créditos parcelados da denúncia espontânea.
- (e) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL), julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

(ii) Cíveis

A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material.

(iii) Trabalhistas

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes salariais, com os respectivos reflexos.

22 Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando a equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio desse sistema especial de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

(a) O prazo do parcelamento foi de 180 meses.

(b) Redução de 60% dos valores relativos a multas de ofício e de mora e 25% de redução de juros de mora.

(c) Foram parcelados débitos de:

(i) PIS e COFINS (compreendidos entre os períodos de abril de 2002 a maio de 2004)

(ii) IRPJ (de dezembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004)

(iii) CSLL (de novembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004)

(iv) INSS - Contribuição adicional ao SAT.

Os valores relativos a PIS/COFINS, IRPJ e CSLL haviam sido compensados com créditos de PIS e COFINS sobre locação (de setembro de 1993 a janeiro de 1999), referente a locação e montagem de bens próprios locados. A origem desses créditos baseava-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal que não considera locação de bens móveis como prestação de serviço.

Diante da nova orientação jurisprudencial, firmada no Superior Tribunal de Justiça (1ª Seção do STJ - julgamento em setembro de 2009 do Recurso Especial nº 929.521), que pacificou o entendimento acerca da incidência da COFINS sobre as receitas auferidas com as operações de locação de bens móveis, a Companhia decidiu parcelar o montante referente aos débitos acima referidos.

A consolidação dos débitos ocorreu em 29 de junho de 2011 conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011.

Como consequência da adesão a esse parcelamento especial, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, e vem realizando os pagamentos das parcelas do REFIS, sobre a dívida consolidada em junho de 2011.

- (a) Quando da etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, em 30 de junho de 2010, a Companhia decidiu incluir um débito de INSS tendo em vista a mudança de perspectiva de êxito da demanda de provável para remoto, segundo parecer dos consultores jurídicos externos.

Ainda na etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, foram excluídos débitos relativos a PIS e COFINS considerados como prescritos pelo consultor jurídico externo.

- (b) Ainda na etapa da consolidação de débitos em junho de 2011, a Companhia identificou que cinco débitos, sendo dois referentes à COFINS e três à CSLL, não haviam sido disponibilizados no sítio da RFB para fins de consolidação.

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Baixas	Adições	Atualizações SELIC	Saldo em 31 de dezembro de 2016
PIS	1.720	(176)	-	91	1.636
COFINS	5.508	(784)	-	279	5.003
IRPJ	2.139	(231)	-	113	2.020
CSLL	193	(11)	-	11	192
INSS	808	(82)	-	43	770
	<u>10.368</u>	<u>(1.284)</u>	<u>-</u>	<u>537</u>	<u>9.621</u>
Circulante	1.174	-	-	-	1.271
Não Circulante	9.194	-	-	-	8.350

23 Tributos a pagar

	31/12/2016	31/12/2015
PIS e COFINS	1.002	2.188
INSS	137	61
ISS	198	46
Outros	<u>411</u>	<u>392</u>
	<u>1.748</u>	<u>2.687</u>

24 Patrimônio líquido

a. Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, é representado pelo valor de R\$ 688.319 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 563.319) dividido em 175.586 mil (31 de dezembro de 2015 - 128.057 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Conforme estatuto social, fica facultado ao Conselho de Administração da Companhia aumentar o capital social até o limite de 200.000 mil ações.

a.1 Integralização de capital - Emissão de novas ações

Em 19 de abril de 2016, o Conselho de Administração deliberou sobre a homologação do aumento de capital da Companhia, mediante subscrição particular de novas ações, aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 5 de fevereiro de 2016 (“Aumento de Capital”).

a.2 Emissão de ações

A emissão de ações da Companhia tem ocorrido conforme aprovação do Conselho de Administração em razão do exercício por beneficiário de opções de compra de ações.

Segue a composição acionária do capital social nas datas:

Acionistas	31/12/2016		31/12/2015	
	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem
Andres Cristian Nacht	20.704	11,79%	14.185	11,08%
Snow Petrel S.L.	23.677	13,48%	17.728	13,84%
Fundo de Investimento em participações Axxon				
Brazil Private Equity Fund II ⁴	12.294	7,00%	-	-
HSBC Bank Brasil S.A.	-	-	6.323	5,00%
Brandes Investment Partners	-	-	6.711	5,24%
Fama Investimentos Ltda. ²	7.705	6,02%	-	-
BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. ³	7.039	5,50%	-	-
Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia ¹	16.157	9,20%	13.415	10,48%
Outros	88.010	47,01%	69.695	54,36%
	175.586	100,00 %	128.057	100,00 %

1. Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia, excluindo Andres Cristian Nacht e Snow Petrel S.L., consideram a posição referente a 31 de dezembro de 2016 já reportada à CVM, de acordo com a Instrução nº 358/02 da CVM.
2. Em 4 de março de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
3. Em 13 de abril de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
4. Em 20 de julho de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.

b. Reservas de lucros

b.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b.2 Reserva de expansão

A reserva de expansão tem como finalidade assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades sociais. Conforme Estatuto Social da Companhia, o limite máximo da reserva de expansão é de 80% do valor do capital social subscrito da Companhia.

b.3 Retenção de lucros

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral em observância ao art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio, no montante de R\$ 15.069 líquido dos impostos, para a distribuição pública primária de ações, reserva para prêmio de opções de ações, no montante de R\$ 49.383, referente aos planos de *stock options* para os empregados, custo com emissão de ações em maio de 2016, no montante de R\$ 3.379, totalizando R\$ 30.935 como reserva de capital em 31 de dezembro de 2016 (em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 9.664).

d. Ações em Tesouraria

O saldo de ações em Tesouraria em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de 2.278.422 ações no valor total de R\$ 20.287, composto pelo custo das ações canceladas no montante de R\$ 557, o valor da recompra das ações em 2015 no montante de R\$ 19.777 e a alienação de ações no montante de R\$ 47.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao ajuste a valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 12.

f. Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto social da Companhia prevê, após as destinações, a distribuição aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76.

25 Dividendo propostos e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da lei das Sociedades por Ações. A Companhia pode efetuar outras distribuições, na medida em que existirem lucros e reservas disponíveis. Todas as distribuições mencionadas poderão ser realizadas sob a forma de dividendos ou como juros sobre capital próprio, dedutíveis do imposto de renda.

Em função dos resultados apurados nos exercícios de 2016 e 2015, não houve distribuição de dividendos nem juros sobre capital próprio.

26 Lucro (prejuízo) por ação

a. Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2016	2015
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	(99.408)	(97.801)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	160.540	126.686
Lucro (prejuízo) diluído por ação provenientes das operações continuadas	(0,62)	(0,77)

b. Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	2016	2015
Lucro (prejuízo) líquido usado para determinar o lucro (prejuízo) por ação	(99.408)	(97.801)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para lucro diluído por ação (milhares)	160.540	126.686
Lucro (prejuízo) diluído por ações provenientes das operações continuadas	(0,62)	(0,77)

As opções de ações não causaram efeito no cálculo acima em 31 de dezembro de 2016 por conta de as ações ordinárias potenciais serem antidiluidoras.

27 Receita líquida de locação, vendas e serviços

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	2016	2015
Locação	399.063	608.142
Vendas de novos	13.794	43.375
Venda de seminovos	45.514	32.670
Assistência técnica	15.418	16.502
Indenizações	22.976	25.370
Recuperação de despesas	8.741	8.610
	<hr/>	<hr/>
Total receita bruta	505.506	734.669
	<hr/>	<hr/>
Impostos sobre vendas e serviços	(36.106)	(56.778)
Cancelamentos e descontos	(72.783)	(101.785)
	<hr/>	<hr/>
Total receita líquida	396.617	576.106
	<hr/>	<hr/>

28 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas gerais e administrativas (por natureza)

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal e encargos sociais e previdenciários, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque da Mills é insuficiente para atender à demanda, aos fretes de transporte de equipamento entre filias e eventualmente para os clientes, e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos.

As despesas gerais e administrativas referem-se à gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenheiros da área Comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicação, bem como as despesas das áreas administrativas.

*Mills Estruturas e Serviços
de Engenharia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

Natureza	2016			2015		
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(64.152)	(71.040)	(135.192)	(74.203)	(97.628)	(171.831)
Terceiros	(5.954)	(25.473)	(31.427)	(4.914)	(20.500)	(25.414)
Frete	(8.556)	(4.582)	(13.138)	(12.093)	(3.315)	(15.408)
Material construção/manutenção e reparo	(37.537)	(4.036)	(41.573)	(42.326)	(5.846)	(48.172)
Aluguel de equipamentos e outros	(4.850)	(16.256)	(21.106)	(5.829)	(19.548)	(25.377)
Viagem	(1.737)	(4.203)	(5.940)	(2.362)	(6.433)	(8.795)
Custo das mercadorias vendas	(5.692)	-	(5.692)	(18.273)	-	(18.273)
Depreciação/Amortização	(142.210)	(16.815)	(159.025)	(151.915)	(17.726)	(169.641)
Baixa de ativos	(41.076)	-	(41.076)	(29.244)	-	(29.244)
Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)	-	(21.217)	(21.217)	-	(38.230)	(38.230)
Plano de ações	-	(4.363)	(4.363)	-	(9.624)	(9.624)
Provisões	-	(3.107)	(3.107)	-	-	-
Atualização provisões	-	-	-	-	(4.353)	(4.353)
Provisões por perdas estimadas por valor não recuperável	-	(3.926)	(3.926)	-	(57.110)	(57.110)
Outros	(1.859)	(26.098)	(27.957)	(2.620)	(17.592)	(20.212)
Total	(313.623)	(201.116)	(514.739)	(343.779)	(297.905)	(641.684)

29 Perdas estimadas por valor não recuperável

A Companhia registrou provisão por perdas estimadas por valor não recuperável, conforme quadro demonstrativo abaixo:

	2016	2015
Unidade de Negócio Construção (i)	-	30.918
Investimento na Rohr (i)	-	26.192
Benfeitorias em terceiros (ii)	3.926	-
	<u>3.926</u>	<u>57.110</u>

- (i) Os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa e do investimento na Rohr estão descritos nas notas 12-b, 13 e 14.
- (ii) Em virtude do projeto de desmobilização das filiais da Unidade de Negócio Construção em Campinas e Ribeirão Preto, e da mudança da filial de Osasco a Administração identificou que as benfeitorias em terceiros não se realizarão no prazo contratual inicialmente esperado, constituindo, desta forma, provisão para redução ao valor recuperável.

30 Receitas e despesas financeiras

a. Receitas financeiras

	2016	2015
Receita de dividendo (investimento Rohr)	1.819	1.818
Receitas de juros	8.013	8.556
Receitas de aplicação financeira	44.329	22.877
Descontos obtidos	189	248
Variação cambial e monetária ativa	1.154	3.296
Outras	36	116
	<u>55.540</u>	<u>36.911</u>

b. Despesas financeiras

	2016	2015
Juros de empréstimos	(1.852)	(2.380)
Variação cambial e monetária passiva	(5.049)	(2.567)
Juros - Debêntures	(70.053)	(87.607)
Comissões e tarifas bancárias	(1.260)	(2.547)
IOF	(17)	-
Outras	(3.579)	(4.950)
	<u>(81.810)</u>	<u>(100.051)</u>

31 Resultado por segmento de negócio

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22 - Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro líquido de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

Em 28 de setembro de 2015, a Companhia, visando a obter ganhos de sinergia e maior produtividade, consolidou a gestão comercial das unidades de negócio Infraestrutura e Edificações. O resultado dessa consolidação foi a criação da nova unidade de negócio Construção. A partir dessa data, as informações por segmento passaram a ser apresentadas seguindo essa nova estrutura, inclusive em relação às informações comparativas relativas ao mesmo período de 2014, as quais foram reapresentadas na ocasião.

Unidade de negócio Construção

A unidade de negócio Construção atua no mercado de grandes obras e no fornecimento de formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes, sendo este fornecimento destinado ao segmento de construções residenciais e comerciais, dispondo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil, além de possuir o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança, fornecendo orientação técnica e auxiliando no planejamento de obras, no detalhamento de projetos e na supervisão de montagem.

Unidade de negócio Rental

A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, do comércio e da indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança, dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (autoridade mundial de acesso aéreo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico com profissionais certificados.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que as descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

**Mills Estruturas e Serviços
de Engenharia S.A.**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros(*)		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Receita líquida	182.313	282.953	214.304	293.153	-	-	396.617	576.106
(-) Custos	(89.441)	(106.833)	(81.972)	(85.029)	-	-	(171.413)	(191.862)
(-) Despesas	(98.993)	(149.156)	(60.926)	(62.781)	(3.165)	(30.014)	(163.084)	(241.951)
(-) Provisão para devedores duvidosos	(9.735)	(25.633)	(11.557)	(12.763)	75	166	(21.217)	(38.230)
(-) Depreciação e amortização	(84.817)	(88.917)	(74.208)	(80.724)	-	-	(159.025)	(169.641)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(100.673)	(87.586)	(14.359)	51.856	(3.090)	(29.848)	(118.122)	(65.578)
Receita financeira	26.124	15.519	25.165	13.780	4.250	7.612	55.540	36.911
Despesa financeira	(41.087)	(51.772)	(39.053)	(47.692)	(1.670)	(587)	(81.810)	(100.051)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(115.636)	(123.839)	(28.247)	17.944	(510)	(22.823)	(144.392)	(128.718)
(-) IRPJ/CSLL	36.026	29.745	8.801	(4.310)	159	5.482	44.984	30.917
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(79.610)	(94.094)	(19.447)	13.634	(351)	(17.341)	(99.408)	(97.801)

Ativo por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros(**)		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Imobilizado								
Custo de aquisição	787.095	860.592	725.012	733.474	-	-	1.512.107	1.594.066
(-) Depreciação acumulada	(390.716)	(353.541)	(300.199)	(236.458)	-	-	(690.915)	(589.999)
	396.379	507.051	424.813	497.016	-	-	821.192	1.004.067
Outros ativos	326.766	299.324	264.115	231.880	98.674	102.686	689.555	633.890
Ativo total	723.145	806.375	688.928	728.896	98.674	102.686	1.510.747	1.637.957

(*) Trata-se de operações remanescentes da antiga unidade de negócio Serviços Industriais - SI, do valor do investimento da Rohr das vendas das investidas Serviços Industriais - SI e Eventos.

32 Instrumentos financeiros

32.1 Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Valor contábil	
	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	330.682	232.011
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ativo disponível para venda - Investimento Rohr	75.052	61.200
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	65.834	99.719
Outras contas a receber - Venda investida	22.558	39.556
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	11.965	15.116
Debêntures	438.123	605.719
Contas a pagar a fornecedores	13.058	6.844
Planos de opções de ações	49.383	45.020

32.2 Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- A Companhia possui instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo que sejam classificados no nível 3, ou seja, obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

a. Valor justo

Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras perante instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

b. Valor justo do contas a receber e dos fornecedores

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação do balanço patrimonial.

Os valores justos dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

c. Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

Não foi calculado o valor justo dos empréstimos via BNDES, pois essa modalidade de financiamento não possui cálculo de valor justo observável, em função de o BNDES praticar taxas diferenciadas por empresas tomadoras de empréstimos.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Dívida	Indicador	Valor justo		Valor contábil	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
1ª emissão de debêntures	CDI	-	87.898	-	92.751
2ª emissão de debêntures:					
1ª série	CDI	76.925	144.426	84.809	169.629
2ª série	IPCA	137.371	121.736	151.721	142.277
3ª emissão de debêntures	CDI	165.260	151.410	202.443	202.527

d. Valor justo das opções de compra de ações

O valor justo das opções de compra das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados utilizando-se o modelo Black-Scholes. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

e. Valor justo do ativo disponível para venda - Investimento Rohr

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui um Investimento avaliado ao valor justo como ativo disponível para venda - Investimento Rohr, registrado no montante de R\$ 75.052 (R\$ 61.200 em 31 de dezembro 2015), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12. Esse instrumento financeiro é classificado no nível 3.

33 Seguros

Em 31 de dezembro de 2016, o total da cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais é de R\$ 1.357.960, R\$ 554.453 para danos patrimoniais e R\$ 110.000 para responsabilidade civil.

34 Eventos subsequentes

Em 17 de janeiro de 2017, a Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 358 e em continuidade aos fatos relevantes divulgados em 7 de abril de 2016 e 20 de julho de 2016, informa que o Fundo de Investimento em Participações Axxon Brazil Private Equity Fund II ("Axxon") e Andres Cristian Nacht, Jytte Kjellerup Nacht, Tomas Richard Nacht, Antonia Kjellerup Nacht, Pedro Kaj Kjellerup Nacht, Snow Petrel, S.L. e Francisca Kjellerup Nacht informaram à Companhia que (i) a Axxon não se tornou titular de ações que representassem 13% (treze por cento) do capital social da Companhia, não atendendo, portanto, às condições previstas na Cláusula 3.2.2 do acordo de acionistas celebrado em 7 de abril de 2016 entre a Axxon e os acionistas controladores da Companhia ("Acordo de Acionistas") dentro do prazo previsto na cláusula mencionada, que se esgotou em 16 de janeiro de 2017; e (ii) consequentemente, a Axxon deixou de fazer jus em caráter definitivo aos direitos políticos previstos nas Cláusulas 4.4, 4.5, 11.3.2 e 11.5 do Acordo de Acionistas.

Em 7 de março de 2017, a Companhia, convocou os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da primeira e segunda séries da segunda emissão e da série única da terceira emissão, para Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") a ser realizada no dia 22 de março de 2017, a fim de deliberarem, entre outros pontos, sobre a seguinte ordem do dia e que ainda estão pendentes de aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia:

- (i) Proposta de aditamento à escritura de emissão para alteração dos índices financeiros;
- (ii) Proposta de dispensa temporária (*waiver*) de manutenção, pela Companhia, dos índices financeiros;
- (iii) Restrições quanto à distribuição de dividendos e concessão de mútuos pela Companhia a partes relacionadas;
- (iv) Constituição de garantia real de cessão fiduciária de direitos creditórios;
- (v) Remuneração devida pela Companhia à Pentagono S.A distribuidora de títulos e valores imobiliários;
- (vi) Possibilidade de pagamento de prêmio em razão de dispensa temporária (*waiver*).

Conselho de Administração

Andres Cristian Nacht
Presidente

Elio Demier
Vice-presidente

Francisca Kjellerup Nacht
Conselheira titular

Jorge M.T.Camargo
Conselheiro independente

Aymar Ferreira de Almeida Júnior
Conselheiro independente

Roberto Pedote
Conselheiro independente

Conselho Fiscal

Eduardo Botelho Kiralyhegy
Presidente

Marcus Vinícius Dias Severini
Conselheiro

Isabella Saboya de Albuquerque
Conselheira

Diretoria Estatutária

Sérgio Karya
Presidente

Avelino Pinto da Silva Garzoni
Diretor

Ricardo de Araújo Gusmão
Diretor

Gustavo Artur Ciocca Zeno
Diretor-administrativo-financeiro e de RI

Sebastião Dantas Ramos
Contador CRC RJ-050305/O-3